

O PCB E O CAMPESINATO: A CONTRIBUIÇÃO INICIAL DE NESTOR VERA AO MOVIMENTO CAMPONÊS

Diego Becker¹

Resumo: A experiência de Nestor Vera na organização do movimento camponês proporciona compreendermos a relação entre Comunistas e camponeses. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa que tem como objetivo apresentar as primeiras contribuições de Nestor Vera, em especial, para apontar a importância do PCB na formação e consolidação de um movimento camponês no Brasil. Desta forma, o artigo retrata a fundação da Liga Camponesa de Santo Anastácio (1946), passando pelos conflitos agrários no interior de São Paulo até a formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Palavras-Chave: Comunistas; Campesinato; PCB; Nestor Vera.

THE PCB AND THE PEASANTRY: NESTOR VERA'S INITIAL CONTRIBUTION TO THE PEASANT MOVEMENT

Abstract: The experience of Nestor Vera on peasant movement organization provides understanding the relationship between Communists and peasants. This work is the result of a survey that aims to present the first contributions of Nestor Vera to point out the importance of the PCB in the formation and consolidation of a peasant movement in Brazil. In this way, the article portrays the Liga Camponesa de Santo Anastácio (1946), through the agrarian conflicts in São Paulo until the formation of the União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Keywords: Communists; Peasantry; PCB; Nestor Vera.

* O presente artigo é proveniente da dissertação de mestrado "Na luta de Nestor Vera: os comunistas, os camponeses e a Revolução" realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, sob financiamento da CAPES.

¹ Bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo, professor de História da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Segundo a narrativa preeminente no Brasil atualmente o campo e a agricultura são partes de um setor moderno e competitivo na escala mundial que contribui enormemente para a “ordem e progresso” do país. Esta narrativa faz parte de uma longa luta em torno da política agrária brasileira, algo que foi especialmente intensiva a partir do final da II Guerra Mundial. O pós-guerra marcou a intensificação da entrada do Brasil na dinâmica de internacionalização da sua economia, sendo o setor agrário o responsável em grande parte das exportações brasileiras.

A década de 1950 foi marcada pelas políticas econômicas do desenvolvimentismo, sob as influências da Guerra Fria, os governos abriram as portas para o capital estrangeiro o que gerou um aumento considerável da dívida externa (BOMBARDI, 2005). Uma das maneiras encontradas para pagamento da nova dívida adquirida foi o aumento das exportações agrícolas, com isso progredindo o interesse sobre a terra que resultou na alteração do modo de vida dos camponeses e trabalhadores agrícolas. Como explica a geógrafa Larissa Mies,

Esse modelo de desenvolvimento afetou profundamente a vida dos camponeses, desencadeando uma série de expulsões em vários pontos do país, pois a terra adquiriu um preço que até então não tinha. A valorização da terra levou à expulsão tanto do posseiro, que subitamente viu suas terras griladas, quanto do parceiro, que foi expulso, pois sem ele o proprietário pôde aumentar sua exploração (BOMBARDI, 2005: 32).

Na ditadura varguista o discurso de colonização e avanço para áreas ainda não ligadas a economia capitalista ganharam espaço, dessa forma o governo incentivou a chamada “marcha para oeste” brasileiro. Diversos camponeses sentiram-se atraídos com a possibilidade de conseguir sua terra e uma melhoria em sua condição de vida, praticaram a ocupação de terras devolutas ou mesmo a parceria com fazendeiros para derrubada da mata e constituir lavoura (WELCH, 2010).

Desde o “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels escreveram que o desenvolvimento da História se daria pelo antagonismo das classes sociais, o conflito pelos seus interesses em determinado modo de produção gera contradições que levariam a superação do então estágio social, econômico e histórico. A chamada lutas de classes é

ponto importante para compreensão do desenvolvimento histórico da relação do avanço do capital no setor agrário brasileiro.

Segundo o sociólogo José de Souza Martins refletindo sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro aponta que o deslocamento da fronteira gerou conflitos entre os participantes da frente de expansão e frente pioneira. Os grupos que interagem são: os povos originários que são expulsos historicamente de suas terras, os camponeses que cada vez mais buscavam um pedaço de terra para se fixar e o latifundiário que expulsa e reprime os outros dois grupos.

Buscamos resgatar a história do líder comunista Nestor Vera, proveniente do campesinato, para compor as múltiplas narrativas sobre a resistência camponesa. Nestor Vera nasceu em Ribeirão Preto (SP), em 19 de maio de 1915, filho de Manoel Vera e Pilar Velásques. Segundo seu sobrinho Omene Vera, Nestor é o terceiro filho do casal que teve dez filhos, seus pais eram espanhóis da Andaluzia, sendo sr. Manoel Vera nascido na Argélia que migrou para Espanha ainda criança.²

O casal de imigrantes andaluzes veio para o Brasil para trabalhar nas fazendas de café da região de Ribeirão Preto, esse tipo de imigração passou a ser recorrente a partir dos anos de 1910. Segundo Martins,

na sua maioria, os imigrantes espanhóis eram camponeses que chegaram ao Brasil com a família, imigrando em definitivo, indo diretamente para o interior, para as fazendas, na maioria realmente pobres, cuja viagem fora subvencionada pelo governo brasileiro (MARTINS, 2013: 98).

No início dos anos de 1930 a família de Vera foi para a região da Alta Sorocabana onde surgiam novas plantações de café. Teve sua mudança de região sob a influência das migrações internas no Estado de São Paulo com o avanço do capitalismo agrário para o oeste.

O oeste paulista era uma região fronteira de desenvolvimento agrário, na qual latifundiários grilaram, ao longo dos anos de 1930 e 1940, diversas propriedades. Segundo Cliff Welch, a região foi bastante disputada por camponeses e fazendeiros no decorrer das datas descritas, haja vista que era um local de florestas, especialmente pouco habitado e terras em abundância, o que gerou interesses de várias pessoas, principalmente com a

² Entrevista concedida ao autor em São Gabriel d'Oeste (MS), em junho de 2013.

política varguista de povoamento do oeste (WELCH, 2009). Assim sendo, a família de Nestor Vera é uma dentre centenas que migram no estado para buscar melhores condições de vida; posto que a produção cafeeira paulista demandava muita força de trabalho. Mais típica ainda, a família Vera seguiu a expansão das estradas de ferro para o oeste, estabelecendo-se nas proximidades de Santo Anastácio.

Por muito tempo, Santo Anastácio tinha sido um importante povoado no Pontal do Paranapanema. Um ribeirão no lugar ganhou o nome do santo em maio de 1769 quando uma tropa portuguesa, morrendo de sede, encontrou-o e a vila gradualmente fincou raízes ali. Em 1925, ela tornou-se a segunda municipalidade incorporada da região. À medida que a estrada de ferro Sorocabana era construída até o rio Paraná, Santo Anastácio tornou-se base da construção do trilho, levando espanhóis e italianos a mudar-se para a região (WELCH, 2009: 210).

Juntado certo pecúlio com seu trabalho, Manoel Vera comprou um pequeno sítio nos arredores da cidade, do qual retirava o sustento da família contava com o trabalho de sua companheira Pílar Velásques e dos filhos. Nestor trabalhou na lida com a terra, se destacou pela criatividade e diversidade de suas atividades. Segundo seu sobrinho, Vera gostava muito de música, sendo que trabalhou algum tempo como professor desta arte e até na confecção de instrumentos.

Acerca da militância comunista de Nestor Vera, nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB), não há documentação que possa corroborar com uma data precisa de seu início. No entanto, os primeiros dados que constam são de forte atuação na região de Presidente Prudente no fim do Estado Novo. Seus primeiros passos dentro do Partido foram prontamente vigiados pelo órgão de investigação e repressão, o DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), em sua certidão de antecedentes criminais consta que, desde 18 de Outubro de 1945, Vera era considerado como líder do PCB na cidade de Santo Anastácio.³

O DOPS teve forte atuação no Estado Novo da ditadura varguista (1937-1945), perseguindo e fichando os opositores de Getúlio Vargas, principalmente os comunistas que haviam tentado organizar um levante militar contra o ditador em 1935. Os Comunistas e as forças progressistas da sociedade civil estiveram na linha de frente contra a ditadura e pela

³ Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

democratização do país inspirados pela luta contra o nazifascismo que bradava na Europa do fim da II Guerra Mundial.

Após 15 anos no poder, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar em 29 de outubro de 1945, movimento encabeçado pelo General Goés Monteiro e pelo General Eurico Gaspar Dutra, candidato, até então, pouco expressivo pelo Partido Social Democrático (PSD). Mesmo com forte apoio popular, o ditador deixou a cadeira de presidência que passou para o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que tinha como objetivo realizar eleições livres no país (FERREIRA, 2003).

As eleições presidenciais aconteceram e a formação da Assembleia Nacional Constituinte. O Partido Comunista, que conseguiu sua legalização e a possibilidade de participar do páreo eleitoral, teve uma expressiva votação com 10% dos votos para presidente, com o candidato Yedo Fiúza, além de eleger para a Constituinte 15 deputados e o senador mais votado da história, Luiz Carlos Prestes (NEGRO; SILVA, 2003).

Nestor Vera candidatou-se a deputado estadual pelo PCB nas eleições de 7 de janeiro de 1946, mas não conseguiu se eleger, segundo informações de seu prontuário nos arquivos da polícia política.⁴ Isso nos mostra uma determinada importância de Vera na região que atuava, pois, o Partido não colocaria alguém que não fosse quadro para essa tarefa.

A historiadora Anita Leocádia Prestes escreve como o PCB, após sua rearticulação no Congresso da Mantiqueira, em 1945, tem como princípio a luta pela democracia e a unidade nacional, isso embasados na estratégia de revolução democrático-burguesa (PRESTES, 2010). Sendo assim, deixaram de lado a concepção revolucionária de tomada de poder e apostaram na via parlamentar para conseguir os avanços progressistas no país. Os comunistas consideravam inclusive que a classe trabalhadora deveria se unir à burguesia progressista pela unidade nacional, para com isso poder desenvolver as forças produtivas contra o atraso do latifúndio.

As ilusões parlamentaristas era outro aspecto de toda essa visão do desenvolvimento capitalista na democracia. Assim, dizia-se: “Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente

⁴ Certidão de antecedentes de Nestor Vera, 12 de abril de 1949, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.; NESTOR VERAS, Anexo 5. Serviço de Informações do DOPS. Doc. 14, fls 042. Delegacia de Ordem Social, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOI. AESP, OS 1043, Pasta 124.

eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível então legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades de grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes, colocando seus donos ante o dilema inexorável de explorá-los por métodos modernos ou de entregá-los ao Estado que sejam suas terras distribuídas gratuitamente à massa camponesa sem terra que nelas queiram viver, trabalhar e produzir para o mercado interno em expansão e cada vez mais livre, do que tanto necessita a nossa indústria. Num Parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país (PRESTES, 1980: 211).

Se por um lado o PCB angariava lugares entre os parlamentares, de outro colocava seus militantes para a organização das trabalhadoras e trabalhadores do campo, a tática foi a formação de ligas camponesas por todo o interior do país (SANTOS, 2005). A primeira liga camponesa que se conhece é a Liga de Dumont, próximo de Ribeirão Preto, entre seus fundadores estava o líder camponês Irineu Luis de Moraes (WELCH; GERALDO, 1992). O cientista político Fernando Azevedo, em tom de crítica, acredita que a formação das Ligas estava relacionada a legalidade eleitoral. Assim, era necessário ampliar o número de eleitores e sua atuação, sendo que as ligas eram apenas apêndices da estrutura pecebista (AZEVEDO, 1982). Essa leitura se aproxima muito dos críticos das atividades comunistas no meio rural, afirmam que o PCB tutelava os camponeses. Azevedo não leva em consideração o caráter orgânico do campesinato na constituição das ligas, veremos o exemplo de Nestor Vera como liderança camponesa e comunista em sua região.

A liderança camponesa de Nestor Vera aparece com a Liga Camponesa de Santo Anastácio (SP), organizada por posseiros em luta junto aos comunistas, datada de 1946. A Liga foi organizada em um contexto das primeiras eleições democráticas de amplo alcance, mesmo sem ser de sufrágio universal elegeu o General Dutra. No entanto, esse governo foi mais centralizador e cassou direitos dos trabalhadores sem a pretensão de ser uma democracia participativa, como aponta Pedro Estevam Pomar em sua obra *A democracia intolerante* (2010).

Segundo Leonardo Santos, o PCB em seu breve momento de legalidade tinha como princípio fundamental respeitar a legislação vigente sem ir de encontro com o governo estabelecido (SANTOS, 2005). Portanto, a Liga de Santo Anastácio realizou todo o rito

jurídico de qualquer entidade civil, no dia 17 de março de 1946, formalizou sua assembleia de fundação, posteriormente registrada em cartório e publicação em Diário Oficial.

LIGA CAMPONEZA DE SANTO ANASTÁCIO – Extrato dos Estatutos – Capítulo I – Da sociedade e seus fins – Art. 1) A Liga Camponeza de Santo Anastácio fundada em 17 de Março de 1946, com sede na cidade de Santo Anastácio Estado de São Paulo e uma organização que pugnara pela melhoria das condições de vida da família camponeza elevação de seu nível educativo melhoria na construção de estradas e a criação de ambulatórios para aplicação de soros e vacinas. Art 2) tem a liga por finalidade reunir como sócios todos os camponeses de qualquer categoria como sócios afim de lhes proporcionar assistência social, econômica, educativa, Judiciária e Beneficente, promovendo a sua unificação. Art. 3) Compõem-se a sociedade número ilimitado de sócios de ambos os sexos sem distinção de nacionalidade cor e credo político e religioso. Da assistência aos associados. Art. 4) Beneficente – a) socorrer os associados enfermos de acordo com o estipulado em assembleia geral – b) Auxiliar nos funerais dos associados. Art. 5) Judiciária. Defender o associado em Juízo ou fora dele e, todas as questões em que estiverem envolvidos os seus interesses ou sua pessoa – Art. 6) Educativa – a) reclamar junto às autoridades competentes a criação de escolas de alfabetização, diurnas e noturnas para menores e adultos de ambos os sexos. b) promover palestras e conferências educativas. Capítulo II – Da diretoria seus encargos e seu mandato. Art. 7) A diretoria será composta de 6 (seis) membros, eleitos em assembleia geral, cujos cargos serão assim distribuídos: - Presidente: - NESTOR VERAS – Secretário: - FRANCISCO ALAMINO GIMENES- Tesoureiro – MANOEL SAMARANO – Conselho fiscal – ANTONIO VALERO VALDEVISSO- SIBERTO RABONE- JOÃO MARTINS CAVALHEIRO. Santo Anastácio 4 de abril de 1946.⁵

É importante salientar, nesse documento, dois aspectos interessantes: o primeiro é a questão jurídica e o segundo a preocupação com a educação. Santos explica que, sob o ideal de legalidade continha o amparo jurídico aos associados das ligas, que pode ser observado no Art. 5 do Estatuto da Liga Camponesa de Santo Anastácio, ou no funcionamento de departamentos jurídicos nas Ligas de Iputinga e do Distrito Federal, sendo que na segunda o presidente era o advogado Pedro Coutinho (SANTOS, 2005: 93-94).

A questão escolar era fundamental para os camponeses da Liga de Santo Anastácio, sendo que constava em seu principal documento. A educação também era uma forma de estar dentro do cenário político, haja visto a proibição do voto dos analfabetos. A taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,2% em 1940, estando 68,8% da população vivendo no

⁵ Publicação Diário Oficial de 15 de Maio de 1946. Contido no Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

meio rural nesse período (IBGE, 2011). Dessa forma, o acesso à educação era uma maneira de lutar contra o controle do coronelismo que imperava nos sertões do país. Como já dizia Vladimir Ilitch Lenin: “(...) o conhecimento e a ciência deixem de ser um assunto de privilegiados, deixem de ser um material que reforça a posição dos ricos e dos exploradores, e se tornem um instrumento de libertação dos trabalhadores explorados” (LENIN, 1988:388).

Segundo Clifford Welch,

a Liga Camponesa estabeleceu-se em Santo Anastácio em abril de 1946, em resposta ao crescimento expressivo das reclamações de trabalhadores rurais do lugar. Com a liga, o PCB pretendia agrupar todos os pobres e médios ‘trabalhadores da terra’, uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. (...) Os participantes ‘elegeram democraticamente’ a comissão diretora da liga, tendo Nestor Veras na presidência e outros 11 representantes e substitutos nomeados na oportunidade (WELCH, 2009: 144).

A luta dos arrendatários, meeiros, sitianteiros e terceiros foi em busca de melhorias nas suas condições de vida e trabalho, portanto as reivindicações eram sobre “a questão do preço do arrendamento das terras, a manutenção da estrada, a criação de escolas e clínicas médicas” (WELCH, 2009: 145). O prontuário do DEOPS sobre Nestor Vera contém uma entrevista sua ao jornal *Notícias de Hoje* afirmando que a Liga de Santo Anastácio era uma organização nova, porém

vinha ao encontro dos desejos de todos os trabalhadores do campo da localidade em que reside; suas justas reivindicações em torno dos problemas mais sentidos do nosso camponês fortaleciam sua estrutura, devendo ser este motivo principal que levou a polícia e demais autoridades a determinar seu fechamento.⁶

Nas eleições municipais de 1947, Nestor Vera foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) na cidade de Santo Anastácio.⁷ Não se candidatou com a sigla do PCB devido à cassação do registro eleitoral do partido, para continuar mesmo que na ilegalidade disputando a eleição os “candidatos de Prestes” usaram a estratégia de se candidatarem com outras legendas.

⁶ *Notícias de Hoje*, Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

⁷ Ficha policial de Nestor Vera. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

O PCB teve pouco tempo de sobrevivência na legalidade, com a justificativa de que era um partido internacionalista a serviço de Moscou seus opositores entraram com o pedido de sua extinção no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em meio aos embates da Guerra Fria, o Partido foi extinto em maio de 1947 pelo TSE, por 3 votos a favor e 2 contra.

Quase um ano após a cassação da legenda comunista é a vez dos mandatos dos parlamentares serem atacados. O projeto apresentado por Ivo de Aquino pedia o fim dos mandatos comunistas, que por ampla maioria foi aprovado na Câmara dos Deputados, dessa forma os 14 deputados e seus suplentes, além do cargo de senador de Luiz Carlos Prestes, foram extinguidos (SILVA, 2009).

Ao analisar os ocorridos contra a organização do campesinato, a extinção do PCB e a proibição das greves, encontramos um tortuoso caminhar da cidadania e da democracia brasileira. Como reflete José Murilo de Carvalho, que o recém pós-Estado Novo, ainda dificultava a inserção política de diversos agentes sociais (CARVALHO, 2012). O governo Dutra se alinhou diretamente aos interesses dos EUA, dessa maneira o anticomunismo foi impregnado na sociedade de um modo que os direitos sociais e políticos acabaram por serem confundidos com ações dos Comunistas.

Pomar destaca que as liberdades democráticas não eram bem livres, sendo o movimento dos trabalhadores cerceado em vários momentos, a democracia em andamento estava sendo fundamentada ainda pelo controle de uma elite sobre as demais camadas da sociedade.

O conteúdo profundamente antipopular e os estreitos limites da democracia liberal, na economia e na política, mostraram-se de corpo inteiro no período Dutra. Nele, o instituto democrático do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só 'regulado' pela legislação outorgada pelo próprio governo, como o Decreto-lei nº. 9.070, que Dutra editou em março de 1946 a pedido da burguesia industrial, com a finalidade de proibir as greves e punir os trabalhadores desobedientes (POMAR, 2002: 21).

Contra a atitude autoritária de Dutra os comunistas tentaram organizar algumas manifestações em poucas regiões do país, como é registrado pelo jornal *Novos Rumos*. Porém, não havia uma força direcionada para chamar a massa em defesa do Partido, pois até mesmo Luiz Carlos Prestes pensava que a ilegalidade não iria acontecer.

A medida de colocar os comunistas na ilegalidade é posta pelo governo do General Eurico Gaspar Dutra, para barrar o prestígio e apoio massivo que o PCB angariou no pós-1945. Welch descreve que no campo, a principal organização que buscava colocar os camponeses como força política era a dos comunistas,

durante os anos de 1950, o PCB havia ajudado a dar forma a uma diversidade de reivindicações e exigências dos lavradores e trabalhadores agrícolas. Como escreve [a socióloga rural Leonilde] Medeiros, ‘é ininteligível fora da ação do PCB’ o conflito agrário da época. O partido havia unido militantes de todo o país, e facilitado a criação de organizações camponesas. Com suas ações e debates, o PCB havia ajudado a semente do movimento camponês a nascer e a árvore a crescer, mais do que qualquer outra entidade no Brasil (WELCH, 2009: 291).

Com os direitos do Partido Comunista cassados, os Comunistas voltaram suas posições políticas mais à esquerda com o Manifesto de Janeiro de 1948, que propunha uma postura de enfrentamento com o governo de Dutra. Esse documento, assinado por Prestes, tinha por título *Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista*, no qual faz autocrítica por terem apostado no jogo democrático burguês e reformista. Segundo o Manifesto,

Os sérios golpes contra nós desfechados, com a cassação do registro eleitoral de nosso Partido e, agora, dos mandatos parlamentares dos representantes comunistas, vieram chamar a atenção de todos, do povo em geral, da classe operária e do próprio Partido, com especial vigor, para a ativa luta de classes que se trava no país e para as contradições que se aprofundam no campo internacional.⁸

Nesse sentido, a orientação não era por “vias legais” dentro de sindicatos legalizados ou associações institucionalizadas. Segundo Angelo Priori, o PCB utilizou as experiências com as ligas e associações camponesas como mote para avanço na luta de libertação nacional, os comunistas estavam deslumbrados com o exército popular e camponês de Mao Tsé-Tung na China, o qual, pouco tempo depois, consegue a vitória em 1949 (PRIORI, 2015).

⁸ PRESTES, Luiz Carlos. *Como Enfrentar os Problemas da Revolução Agrária e Anti-Imperialista*. brochura sem data de edição nem editora - texto escrito, provavelmente, entre 1947 e 1948 e editado pela Editorial Vitória. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/ano/mes/enfrentar.htm>.

O Manifesto de 1948 proclamou a organização armada de luta contra o capitalismo; no campo, isso refletiu na formação das lutas das ligas camponesas, que teve como destaque de enfrentamento direto o caso de Porecatu (1949-1951), no norte do Paraná, e Trombas e Formoso (1950 a 1964), em Goiás. Outros levantes também ocorreram por todo o país.

A duplicidade contida no Manifesto de Agosto, mas já apontada no de janeiro de 48, se expressa na atuação do Partido no campo neste período que encaminha desde reclamações judiciais e tentativas de obtenção de cartas sindicais e criação de associações de caráter civil, até greves e manifestações de força (...). A ‘solução revolucionária’ está explícita na condução de dois importantes conflitos rurais que envolvem outras categorias econômicas que não os assalariados, ‘a luta pelo arrendo’ a ‘guerrilha de Porecatu’ no norte do Paraná (FALEIROS, 1989: 50).

Essa visão de Maria Isabel Faleiros sobre a duplicidade é interessante para pensarmos as ambiguidades no seio do Partido Comunista, se por um lado mantinha uma atuação muito à esquerda, de enfrentamento armado, por outro às condições materiais o levavam a organização sindical para pautas trabalhistas. Contudo, um partido pode ter em seu momento histórico frentes de atuação diferentes sem perder seu norte. No fundo, o fundamento político não era contraditório, pois ambas as formas de luta procuravam o caminho da libertação nacional e formação do governo democrático e popular.

Em 1948, consta em documentação do serviço secreto de informações que Nestor Vera esteve envolvido na organização do congresso de trabalhadores do campo patrocinado pelo governo paulista de Adhemar de Barros. Vera foi um dos signatários do “*Manifesto aos Trabalhadores do Campo*” chamando para o “*Congresso Rural*”.⁹ Segundo Clifford Welch, o PCB, apesar de ilegal, conseguiu negociar apoio do governo estadual para realização de um congresso sobre o campesinato que seria realizado em fevereiro de 1948. Sob os auspícios do então secretário da agricultura Hugo Borghi.

O congresso prometia ser uma reunião séria, conduzida para a criação de ideias para reforma vindas pelos próprios camponeses. Depois de anos de discussão elevada da elite sobre o problema do trabalho rural, esta era para ser a uma reunião histórica, dando a oportunidade aos camponeses

⁹ Ficha NESTOR VERAS. Serviço de Informações do DOPS. Doc. 14, fls 043. Delegacia de Ordem Social, Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações – SOL. AESP, OS 1043, Pasta 124.

para terem seu primeiro fórum oficial para sua participação (WELCH, 2010: 149).

Entretanto, devido à articulação dos comunistas para realização do congresso, que contaria com 1.500 camponeses, recebeu críticas por parte das organizações latifundiárias, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Dessa forma, Barros sofreu pressão para que não acontecesse a reunião. Além da SRB, o próprio presidente Dutra foi contra, por ver o congresso como uma artimanha populista de Adhemar de Barros para ganhar prestígio e se projetar eleitoralmente. Nas disputas governamentais, Borghi via a oportunidade de ampliar a influência do seu PTN no estado. Ao fim, Dutra se utilizou da Federação das Associações Rurais de São Paulo (Faresp), para colocar mais pressão sobre Borghi e Barros que acabaram por desistir do congresso.

Para Welch, a ação da classe dominante deu “oportunidade de neutralizar a influência comunista no campo” (WELCH, 2010: 150), restando ao PCB apoio na clandestinidade. Todavia, a trajetória de Nestor Vera demonstra que, embora na ilegalidade, os Comunistas avançaram sua influência sobre os camponeses, como estamos apresentando ao longo deste texto. Foi uma tarefa um tanto árdua com momentos de refluxos no âmbito da organização, porém, como podemos ver no próprio trabalho de Welch, o PCB se tornou a principal organização que articulava a luta camponesa.

Mesmo não conseguindo ter mais participação no governo, os Comunistas buscavam outros jeitos de formar organizações camponesas em todo o Estado de São Paulo. Nestor Vera e o Dr. José Guerra articulavam um congresso de fundação da União dos Camponeses da Alta Sorocabana para o dia 20 de março de 1949, com ampla divulgação na região, iriam participar delegados camponeses de Santo Anastácio, Presidente Prudente e Presidente Bernardes. O congresso tinha como intuito levantar os anseios dos trabalhadores da região, no convite distribuído para o evento configurava como pauta:

- Garantia para os preços dos produtos da lavoura;
- Conseguir crédito fácil e barato;
- Redução dos impostos dos pequenos proprietários;
- Redução dos impostos dos veículos dos pequenos proprietários;
- Baixa do custo do arrendamento de terras e divisão das terras devolutas não cultivadas;

- Melhoria dos contratos dos colonos e melhoria de salário para os camaradas.¹⁰

Assinavam o documento: Nestor Vera, Miguel Fiori, Cicero José de Sant'Ana, Manoel Pais da Silva, Antonio de Souza Viana, Jorge Paro, Jorge Alves Guerra, José Domingues, David Pinheiro de Machado, Antonio Santos Silva. Vera, naquele momento vereador, já era considerado comunista perigoso pelas autoridades da cidade. Mas, desde 1º de Janeiro daquele ano, figurava como presidente da Câmara dos Vereadores, ocupação decidida pelo voto de 11 membros.¹¹

O delegado de polícia local proibiu a realização do Congresso camponês, não obstante, os comunistas e camponeses mantiveram-se firmes em suas posições. No dia 20 de março, quando o congresso iria acontecer a polícia cercou toda a cidade para que os delegados camponeses da região não pudessem chegar ao local designado, mesmo assim o bloqueio foi furado.

O congresso para a fundação da União dos Camponeses da Alta Sorocabana iria ocorrer na Cooperativa Agrícola Mista de Santo Anastácio. Contudo, à custa da movimentação contrária de um dos dirigentes cooperados, que mantinha posições anticomunistas, interpelou o presidente da cooperativa, Olindo Bagatelli, para que o encontro não ocorresse no salão da entidade. Assim, tiveram de se organizar na sala de máquinas onde ficava a beneficiadora de café. No dia evento, Bagatelli se desentendeu com os dirigentes divergentes ao congresso, pois tentavam de toda forma que a reunião não ocorresse nas dependências da cooperativa.¹²

A polícia havia infiltrado dois agentes entre os participantes para que fossem enviadas informações constantes do que estava acontecendo. A reunião camponesa começou seus trabalhos à revelia do delegado, na mesa estavam Nestor Vera, como presidente da sessão, o médico e vereador de Presidente Bernardes, José Guerra, Pedro Grecco, Sebastião Paes, José Portela, Mario Bonfoqui e outros camponeses. Quase ao final do congresso, a polícia invadiu a casa de máquinas e iniciou um confronto entre policiais e

¹⁰ Convite para os camponeses da Alta Sorocabana –Março de 1949 – Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹¹ *Notícias de Hoje*, matéria de 08 de Janeiro de 1949. Pasta Santo Anastácio, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹² *Notícias de Hoje*, matéria de 23 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

camponeses. Segundo o relatório, os tiros começaram com os comunistas, algo interessante e diferente do relato de um investigador o qual afirma que primeiro houve um conflito braçal depois houve tiros. O saldo foi um guarda morto, o cabo José Luiz de França, e dois camponeses feridos.¹³

O correspondente do jornal *Notícias de Hoje*, em Santo Anastácio, escreveu sobre o conflito na casa de máquinas. Segundo ele, a polícia estava preparada para atacar a partir das 9 horas da manhã, mas não realizou seu intento por falta de munições, que apenas chegaram as 13h30, logo partiram para a Cooperativa para findar o evento dos camponeses. Segundo o jornal “*os policiais entraram distribuindo cacetadas a torto e a direito, visaram principalmente os vereadores Guerra e Nestor Vera.*”, prossegue o relato afirmando que o delegado e seus policiais que iniciaram a troca de tiros. O correspondente também retratou a morte do cabo França, afirmando a impossibilidade de saber de qual arma saiu o disparo, pois a autópsia não foi divulgada. Sua intenção, portanto, é deixar a dúvida da possibilidade do tiro que matou o cabo poder ser de algum colega policial.¹⁴

No relato do informante do DEOPS, José Antonio Leitão, o confronto entre os comunistas e a polícia iniciou-se com ação do primeiro grupo. Afirmou que após discussão inflamada entre o Dr. Guerra e o delegado de polícia Lousada, alguém gritou “*é agora!*” nesse momento foram quebrados os bancos e médico partiu para cima do delegado, com isso começaram os tiros e as brigas corporais.¹⁵ Enquanto que no depoimento de Francisco Moniz Barreto, encontramos outra versão, segundo ele o conflito começou quando o delegado tentou pegar os papéis que estavam sob a mesa onde se encontrava Dr. Guerra, Nestor Vera, Dr. Erico Magalhães, entre outras lideranças. Quando um homem que participava do congresso também começou a pegar os ditos documentos, no mesmo instante um camponês de nome Cícero irrompeu contra José Leitão tendo iniciado a briga

¹³ *Notícias de Hoje*, matéria de 23 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹⁴ A firmeza dos camponeses impediu a chacina planejada pela polícia. **Notícias de Hoje**, 23 de março de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹⁵ Termo de declarações de José Antonio Leitão. Delegacia de Santo Anastácio. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

generalizada.¹⁶ Em nenhum momento Leitão faz referência a bancos quebrados utilizados como armas e nem que tenha sido José Guerra o iniciador do confronto.

Pelo ocorrido foram indiciadas 65 pessoas no inquérito policial. O juiz da região, Sr. Carlos Dias, assinou o pedido de prisão preventiva contra Pedro Grecco, Nestor Vera, Sebastião Paes, Mario Bonfoqui. O delegado que montou o processo contra Nestor Vera foi o Sr. Eduardo Lousada Rocha, da Delegacia de Ordem Social.¹⁷

O relatório produzido pelo delegado de polícia, Cesidio Pinto da Fonseca Moniz, nos mostra o clima de anticomunismo que pairava no Brasil com o cenário mundial da Guerra Fria. Há referência no documento, também, à cassação do mandato dos comunistas. O inquérito contra a formação da União dos Trabalhadores Rurais da Alta Sorocabana inicia com um discurso político que expõe os motivos pelos quais o PCB havia sido cassado. Escreve que o partido era um órgão do Kominform no Brasil, sendo assim, agentes internacionais contra os interesses nacionais.

Partido de caráter revolucionário, que não é brasileiro porque é de caráter internacional, que fez sempre questão de ser o Partido Comunista “do Brasil”, subordinado servilmente a um organismo supostamente dissolvido, o “Komintern”, ressuscitado depois nesse mesmo “Kominform”, que ditou uma campanha internacional de derrotismo, partido que não tem presidente e cujo chefe supremo no Brasil, Prestes, apenas se chama secretário geral.¹⁸

Nestor Vera descreveu em uma matéria do jornal comunista *Voz Operária* o apoio que os camponeses renderam aos acusados de Santo Anastácio, em suas palavras “os camponeses sentem a necessidade de defender a liberdade e a vida de seus líderes e, por isso, os protestos se avolumam para desmascarar a cambada de grileiros que estão por trás dos processos.”¹⁹

Em comunicado da chefia do DEOPS, consta a cassação do mandato dos vereadores Comunistas que participaram do congresso camponês em Santo Anastácio, sendo eles,

¹⁶ Termo de declarações de Francisco Moniz Barreto. Delegacia de Santo Anastácio. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹⁷ Radiograma expedido pelo delegado Eduardo Lousada Rocha, DOPS, 24 de maio de 1949. Pasta Santo Anastácio, Delegacias do Interior, Fundo Ordem Social – DEOPS, AESP.

¹⁸ Relatório do inquérito policial instaurado em Santo Anastácio. Prontuário 82.320 – Nestor Vera – Fundo DEOPS, AESP.

¹⁹ VERA, Nestor. Milhares de camponeses protestam contra o processo. **Voz operária**, 12 de maio de 1950.

Nestor Vera e Dr. José Guerra. No entanto, em 17 de maio de 1949, Vera havia pedido licença do cargo, algo que foi negado. Nestor Vera entrou na clandestinidade logo após o conflito, as autoridades suspeitavam que ainda estivesse na região, pois seu pedido foi endereçado de Presidente Bernardes.

A partir de suas experiências no Pontal do Paranapanema, Nestor Vera logo se destacou entre os comunistas como defensor dos camponeses do interior paulista, bem como do Brasil inteiro. Ao ser incriminado na luta, eleito vereador e sofrendo a cassação de seu mandato, o camponês de Santo Anastácio recebeu forte apoio de comunistas e camponeses de várias regiões do Estado de São Paulo. Em uma reação às medidas autoritárias contra a ilegalidade do PCB e a cassação dos mandatos, camponeses e sindicatos organizaram um encontro paulista de apoio aos comunistas, chamado de II Congresso de Câmaras Municipais, reunidos em Ribeirão Preto, em 1949, sendo que na carta final do encontro, Nestor Vera foi um dos homenageados pelo seu fervor na luta pelo campesinato.

Cumprindo o nosso dever de Vereadores de Prestes, eleitos pelos trabalhadores das cidades e do campo, nosso dever é estar à frente das lutas do nosso povo. Os exemplos de Nestor Vera, de Valentina Loyola, de Ofélia Botelho, de Mário Longo, de Christovam de Haro e outros vereadores de Prestes que têm estado à frente das lutas dos trabalhadores, vivendo intimamente no seio das massas, são a afirmação de que jamais deixaremos cair a bandeira desfraldada por Prestes (POMAR, 2002: 207).

A partir dos anos 1950, o PCB traçou como objetivo a sindicalização dos trabalhadores do campo, mesmo que a legislação trabalhista não previsse esse direito para a área rural. As associações e ligas camponesas foram amplamente difundidas pelo partido em todo o país, no Nordeste tivemos a brava atuação de Gregório Bezerra e a fundação das Ligas Camponesas – que posteriormente foram ligadas ao nome do deputado Francisco Julião – e tiveram ampla difusão nacional na segunda metade dos anos 1950 até 1964, na qual os Comunistas nordestinos tiveram forte influência para sua concretização.

Sobre a questão da sindicalização rural como principal meio de organização camponesa, o líder camponês Lyndolpho Silva afirmava:

Nossa posição sectária e esquerdista contribuía para os ataques da reação. A nossa linha política naquele período nos levava a ver os sindicatos

rurais mais como um instrumento de agitação para a luta armada, dentro da tese errônea da revolução a curto prazo. A preocupação principal, logo que surgia um sindicato, não era conseguir o seu registro nem lutar pela sua consolidação e educação das massas de assalariados, por suas reivindicações mínimas, imediatas ou parciais, de acordo com seu nível de consciência. Ao contrário, era marchar para exigências muito elevadas, para lutas violentas, armadas, inclusive, se fosse o caso, arrancar greve sem que a massa estivesse preparada, etc., o que nos levava a cometer aventuras sem contar que só causavam prejuízo (Silva s/d).” (COSTA; CARVALHO, 1997: 17).

A participação de Nestor Vera estava nesse sentido de formar ligas camponesas e sindicatos rurais, em um artigo no *Terra Livre* chama aos trabalhadores à luta intensivamente contra os latifundiários, que fosse direta de enfrentamento, principalmente no momento da colheita. Nestor tem em seu discurso na necessidade da atuação em conjunto para conseguir seus direitos trabalhistas, forçar o patronato latifundiário a ceder os direitos algo que acaba entrando em contradição com a citação de Lydolpo Silva²⁰ que afirmou o interesse dos militantes no campo não estava voltado para questões trabalhistas.

Na matéria “*Intensificar as lutas na época das colheitas*”, publicado em 1950 no jornal *Voz Operária*, Nestor Vera escreve da possibilidade das massas camponesas se unirem no período das colheitas para fazerem reivindicações por direitos básicos, como,

conservação das estradas, criação de escolas, garantia de preços dos [ilegível], assistência médica e hospitalar gratuita, aumento dos salários, descanso remunerado e férias, além de dezenas de [ilegível], que variam de local para local. Portanto, durante uma época do ano, os camponeses podem e devem se [ilegível] pela conquista de suas reivindicações.²¹

As reivindicações que Nestor Vera escreve são por direitos sociais, como conceituado por José Murilo de Carvalho: “direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2012:10). Na divisão que Carvalho faz, referente ao processo histórico da cidadania brasileira, coloca que de 1930 a 1945 foram os anos nos quais se consolidaram os direitos sociais com o governo Vargas. Entretanto, as palavras de Vera nos apresentam um outro aspecto do desenvolvimento dos direitos: se a classe

²⁰ Destacado militante comunista no meio rural, o qual compartilhou com Nestor Vera vários anos de parceria na luta na ULTAB e CONTAG, além de participarem juntos do Comitê Central do PCB.

²¹ VERA, Nestor. Intensificar as lutas na época das colheitas. *Voz Operária*, 20 de maio de 1950. p. 9.

trabalhadora da cidade havia alcançado esses direitos e na década de 1950 reivindicava os direitos políticos, no campo nesse contexto era uma junção de lutas primárias por direitos sociais em conjunto dos primeiros passos pelos direitos políticos.

Vera explica como os arrendatários devem pedir a baixa do arrendo no momento da colheita do algodão, momento este que é mais favorável a ele, pois se o algodão demorar muito para ser colhido pode estragar. Assim, o fazendeiro tem pressa e cede a pressão. Por diversas vezes o tатуíra (latifundiário) roubava pela via de um juiz, ou seja, quando o arrendatário entrava com um processo na justiça contra o aumento do arrendamento, sempre o judiciário estava do lado patronal.²²

O PCB lançou o Manifesto de Agosto de 1950 reforçando a ideia de enfrentamento direto contra o governo e o capital, denominado de *Prestes Aponta aos Brasileiros o caminho da libertação*, conclamando uma frente de libertação nacional para desenvolvimento de uma política nacional-democrática, com direcionamento de ir contra o imperialismo e o latifúndio que mantinham o Brasil no atraso econômico. Para o campo a linha diretiva era “*pela entrega da terra a quem a trabalha*” conclamando o fim do latifúndio para o fim do sentido semicolonial e semifeudal do Brasil.

Essa posição pecebista vai ao encontro da luta empreendida por Vera e seus companheiros no Pontal do Paranapanema, seja na liga camponesa de Santo Anastácio ou na União dos Lavradores da Alta Sorocabana. Nesse sentido, o programa previa a

confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra, abolição da ‘meia’, da ‘terça’ etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, bancos, fazendeiros, comerciantes e usurários (CARONE, 1984: 104).

Essa guinada para a esquerda do PCB, somada com a volta de Vargas e com apoio da população na década de 1950, não garante total apoio a tática do partido. No campo encontramos o contínuo enfrentamento ao latifúndio, no entanto, a pauta necessariamente

²² VERA, Nestor. *Intensificar as lutas na época das colheitas*, 1950.

era em sua maioria por questões mais econômicas e trabalhistas, o cerne da luta pela terra e pela reforma agrária ainda estava começando a se firmar (COSTA; SANTOS, 1997).

Como crítica às medidas do Partido com a continuidade de direcionamentos dos manifestos de 1948 e de 1950, a historiadora Anita Leocádia Prestes analisa as posições do PCB de uma maneira a demonstrar como a guinada para a esquerda estava na prática de forma esquerdista e de “direita”:

a estratégia de direita permanecia com todas suas consequências desastrosas, dentre as quais a mais importante consistia exatamente na incapacidade de formular uma orientação tática que correspondesse à real correlação de forças sociais e políticas e permitisse o avanço rumo a objetivos políticos corretos, que só poderiam ser decorrência de uma justa análise das particularidades do capitalismo dependente que se desenvolvia no Brasil.” (PRESTES, 1980: 20).

O que faz sentido e corrobora com Lyndolpho Silva ao tratar que o Partido buscava uma saída para a Revolução e tinha como objetivo imediato a organização dos trabalhadores para apoiar uma revolução democrático-burguesa em solo brasileiro, porém, no campo as questões imediatas trabalhistas eram o principal apelo dos camponeses. Nos artigos que Nestor Vera escreveu, publicados pelo *Terra Livre*, *Voz Operária* e *Novos Rumos*, demonstra como o campesinato buscava sanar a opressão do latifúndio nas questões trabalhistas, mesmo que Nestor Vera tenha como causa apontar o quão é importante o campesinato para a Revolução brasileira.²³

Ainda dentro do contexto do Manifesto de Agosto de 1950, o camponês comunista teve uma participação importante na organização dos camponeses na luta da Fazenda Gariroba em América de Campo (SP), na região de São José do Rio Preto (SP), a luta dos arrendatários teve a participação de cerca de 400 pessoas. Lutavam contra o aumento da plantação de capim na região e contra a invasão de grileiros em suas terras; dessa forma, em seu programa de reivindicações exigiam a baixa do arrendamento, não plantio de capim e contra os despejos realizados pelo latifúndio da região contra os camponeses.²⁴

A Fazenda Gariroba, ou Guariroba, era de propriedade de uma empresa multinacional inglesa, denominada “Anglo”, sendo importante fonte de empregos recebia

²³ VERA, Nestor. Intensificar as lutas na época das colheitas. *Voz Operária*, 20 de maio de 1950, p.9; Experiências na luta na fazenda Gariroba. *Voz Operária*, 15 de julho de 1950, p. 9.

²⁴ VERA, Nestor. Experiências na luta na fazenda Gariroba. *Voz Operária*, 15 de julho de 1950.

trabalhadores de diversas regiões do país, principalmente com as migrações internas do Estado de São Paulo com o avanço para o oeste, mas também atraía migrantes de Minas Gerais e do Nordeste. Nos idos de 1950, os ingleses começaram a arrendar as terras da Gariroba para o plantio do algodão, apesar disso, logo passou para o cultivo da pecuária o que transformou radicalmente a vida dos arrendatários.

Antes do domínio da pecuária a produção de gêneros alimentícios, para subsistência e pequeno comércio, ocorria entre os camponeses da Gariroba. Mas a queda do valor do algodão e do café levaram os capitalistas a se interessarem pela pecuária, que logo se alastrou na região de São José do Rio Preto. Os arrendatários da fazenda denunciavam o contrato abusivo que o frigorífico firmou com estas famílias, sendo que elas tinham a obrigação de derrubar as matas para o plantio de capim, mas não podiam plantar nada nas terras para uso próprio. O contrato era válido por três anos, ao final o arrendatário deveria sair das terras ou firmar outro contrato sem direito a ganhos sobre as benfeitorias realizadas.²⁵

A questão do plantio do capim na região de São José do Rio Preto começou a ser frequente com o desenvolvimento da economia pecuária no Estado de São Paulo, visto que o capim seria o alimento para o gado, deixando de lado qualquer outro tipo de plantação nas terras. Mesmo o latifúndio sendo uma forma retrógrada dentro do capitalismo brasileiro, ele se adaptou e deu forma compatível para seu desenvolvimento no campo, dessa forma, as contradições entre os interesses de classes antagônicas gerou enfrentamentos, como estamos apresentando. O interesse dos arrendatários da região era poderem cultivar em suas terras um tipo de agricultura para sua subsistência ou mesmo para uma pequena inserção no mercado, por outro lado os latifundiários visavam lucros com a pecuária.

Segundo o sociólogo Paulo Cunha,

o processo de expansão capitalista, característico do modelo de desenvolvimento iniciado a partir da década de 50, trouxe à luz contradições de um cenário que, no campo, apontava para uma situação de miséria face às condições de trabalhos existentes e também à concentração fundiária que se constituía em um dos pilares inalterado do sistema político brasileiro (CUNHA, 1997: 83).

²⁵ Voz dos campos. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 15 de abril de 1950, p. 9.

Contra esse processo de expropriação os arrendatários da Gariroba reuniram cerca de 400 famílias contra os desmandos dos ingleses do frigorífico. Em princípio realizaram um abaixo-assinado, enviado aos donos da empresa estrangeira, pela melhoria nos contratos e contra os despejos. Como nada adiantou, em seguida encaminharam outro abaixo-assinado para a Câmara Municipal de Américo de Campos, que teve como resultado a lei que proibia o plantio de capim em terras com menos de cinco anos de cultivo. No entanto, os despejos mantiveram-se executados pela força pública e por jagunços.²⁶

O movimento iniciou sob a liderança de Francisco José Rezende, o Chico Mineiro, qual passou por diversas torturas e perseguições por ter resistido à expulsão de sua casa. Segundo Nestor Vera, Chico Mineiro foi mergulhado por jagunços em um córrego e só retirado após desmaiar; posteriormente, preso junto de outros 16 camponeses que resistiram, passaram por diversas cadeias da região sob a acusação de serem comunistas.²⁷

Segundo as memórias de Edgard de Almeida Martins, em *Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins*, Nestor Vera recebeu a tarefa do PCB de ir à fazenda Gariroba com a finalidade de organizar a luta do local, ou seja, foi um militante enviado especialmente para intervir no conflito.²⁸ Nesse contexto Vera já havia participado nas lutas na região de Santo Anastácio e possuía prestígio entre os camponeses do Estado de São Paulo, dessa forma, estaria apto para a tarefa.

Em princípio a movimentação começou como uma iniciativa local por aqueles que perderiam as terras, mas logo obtiveram o apoio dos comunistas da cidade. Devido à proporção que o conflito começou a ter, o Partido decide intervir mais diretamente com um destacado militante. Nestor Vera aponta que os 400 camponeses atingidos e outros da região fundaram a Associação dos Camponeses da Alta Araraquarense mesmo em abaixo de forte repressão dos latifundiários e do governo estadual.²⁹

Em matéria para ao *Voz Operária* Vera escreveu que a organização camponesa passava por um salto qualitativo importante, pois a resistência da Fazenda Gariroba movia-

²⁶ MATIAS. Lutam os camponeses da Fazenda Gariroba. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1951. p. 10.

²⁷ VERA, *Experiências da fazenda gariroba*, 1950.; Dezenas de famílias camponesas ameaçadas de expulsão da fazenda “Gariroba”. *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1950. p. 9.

²⁸ MARTINS, Edgard Almeida. *Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins*. No prelo disponibilizado ao autor por Thaelman Almeida Martins (org.).

²⁹ VERA, *Experiências da Fazenda Gariroba*, 1950.

se da luta econômica – que era a questão do valor do arrendo – para a posse da terra. Vera buscou apresentar que a luta local era anti-imperialista, por se tratar de um enfrentamento contra um frigorífico inglês, tenta apresentar aos camponeses que seu intento deveria ser contra o governo Dutra por ser aliado do imperialismo.

As reivindicações que levaram os camponeses dessa zona à luta – a baixa do arrendamento, não plantar capim nas roças e contra os despejos – mostraram que o objetivo final das lutas camponesas será, naturalmente, a luta pela tomada das terras. A luta contra os despejos, por exemplo, já é uma forma do camponês exigir o direito de se fixar na terra que trabalha.³⁰

É nítido em seus dizeres o direcionamento do manifesto pecebista, na Gariroba Nestor Vera e a Associação de Camponeses implementaram, de certa forma, o que o Partido buscava no campo. Nesse sentido, não encontramos a contradição entre os anseios dos camponeses e a posição do PCB nessa luta local, diferentemente do que Lyndolpho Silva acreditava que o partido forçava um enfrentamento, a experiência da Fazenda Gariroba apresenta uma união efetiva nos interesses dos arrendatários.

Vera levanta palavras de ordem contra o governo federal de Dutra e na esfera estadual de Adhemar de Barros, esses governantes são chamados de aliados do imperialismo.³¹ Na dinâmica da Guerra Fria, os comunistas constantemente, em seus jornais e intervenções, denunciavam o que chamaram de “entreguismo do governo brasileiro” para o capital estrangeiro. Na dinâmica da economia mundial, os EUA obrigaram os países da sua zona de influência a se alinharem diretamente as suas subordinações, dessa maneira a produção brasileira se voltou totalmente ao mercado estadunidense (BOMBARDI, 2005).

Cabe ressaltar nessa experiência de Nestor Vera na fazenda Gariroba, as duas frentes de atuação do Partido Comunista, se por um lado, entre 1950-1964, teve toda uma preocupação em difundir a sindicalização rural levando a cabo seu projeto de garantir os direitos trabalhistas dos camponeses, por outro lado, como vai afirmar o sociólogo Paulo Cunha, teve toda uma luta paralela de enfrentamento direito ao capital e ao latifúndio. Lutas como as ocorridas em Tupã e Fernandópolis, a qual teve as mulheres uma fundamental

³⁰ VERA, *Experiências da fazenda Gariroba*, 1950.

³¹ VERA, *Experiências da fazenda gariroba*, 1950.

importância para assegurar a luta insurrecional local, ambas em São Paulo em 1949, Fazenda Gariroba em Américo de Campos (1950), Porecatu (1950-1951) no norte do Paraná, e Trombas e Formoso (GO) iniciada em 1950 e vitoriosa até 1964, junto de outras, ocorridas no âmbito rural. entre 1950-1964, não são destacadas na memória dos comunistas e foram deixadas de lado como momentos de insurreição para a concretização da Revolução brasileira.

Paralelamente à sindicalização rural, clandestinamente estava em curso o projeto estratégico da revolução via luta armada – ou seja, a implementação de áreas liberadas –, proposta insurrecional que nunca deixou de estar no horizonte do Partido. Vários desses esforços insurrecionais são quase que completamente ignorados pelos pesquisadores acadêmicos e são muitos estudos de caso demandando pesquisas; sem falar que o processo de intervenção armada no campo se desenvolvia com táticas bem curiosas (CUNHA, 2007: 81).

É importante refletirmos sobre três desses movimentos: a chacina de Tupã, o levante de Fernandópolis e a guerra de Porecatu. Os dois primeiros sem grande relevância na historiografia, mas que nos mostra aspectos interessantes das lutas e do contexto histórico que aconteceram. Já a luta dos posseiros de Porecatu foi mais trabalhada pela Sociologia rural e História, e na memória dos comunistas teria sido um momento ideal para o avanço da luta armada no campo brasileiro.

Em Tupã, no ano de 1947, começaram os comunistas da cidade a se organizarem para a formação de uma associação dos trabalhadores do campo. Esse fato gerou o descontentamento do latifundiário e prefeito Souza Leão, que se considerava fundador da cidade e um novo bandeirante no interior de São Paulo, “dono de Tupã”. O fato de haver uma movimentação e militância comunista na região desagradou o prefeito que deu ordens à polícia para desarticular qualquer organização (LIMA, 2005).

Edgard Almeida Martins era o militante do PCB que tinha a tarefa de organizar os camponeses da cidade, as primeiras intervenções foram na campanha do petróleo nacional puxadas pelos comunistas em todo o Brasil. A principal manifestação dos camponeses de Tupã foi pela questão do transporte da zona rural para a cidade, ocorreu em julho de 1949 uma grande passeata por toda a cidade contra as cobranças abusivas do transporte público.³²

³² MARTINS, *Clandestino: memórias políticas de Edgard de Almeida Martins*.

Dessas manifestações surgiu a oportunidade de organizar os trabalhadores. Assim, começaram a se articular os comunistas da região, para fazer um congresso regional dos trabalhadores rurais. Essa era uma ação contemporânea a União dos Camponeses da Alta Sorocabana que teve a participação de Nestor Vera, além da tentativa de formação da União dos Trabalhadores da lavoura da Alta Paulista que teria sua fundação em Marília. Pelas evidências a orientação do Partido era de formar as diversas uniões de camponeses por todo o Estado de São Paulo.

Em princípio seria baseado em Bauru não em Tupã. Nós deveríamos levantar o problema da carteira assinada e a questão do salário mínimo para o homem do campo [...] isso era considerado uma heresia. Com o impacto do congresso nós esperávamos sensibilizar a opinião política de forma que a Assembléia Legislativa de São Paulo tomasse a si a discussão desses assuntos (LIMA, 2005: 99).

A reunião dos comunistas fora marcada para ocorrer na casa de Dário de Paula, fazenda de um latifundiário ligado ao prefeito Souza Leão. Em 25 de setembro de 1949 diversas lideranças comunistas estiveram em um mesmo local, todos clandestinos pela ilegalidade do PCB, tentaram não mostrar pistas do que estava acontecendo, porém, um morador denunciou à polícia a movimentação de diversas pessoas na fazenda. De imediato o chefe de polícia local juntou seus homens e foram exterminar a reunião.

Uma versão do acontecido, descrita pelo jornal *Voz Operária*, afirma que a repressão chegou na casa atirando ao esmo e atingiu de imediato um dos camponeses que caiu morto, era Pedro de Godói³³. Os camponeses comunistas estavam desarmados como afirma Lima em seu estudo sobre a chamada “chacina de Tupã”, o único homem armado que não era militar portava uma velha garrucha, com a qual atirou contra o rosto de um policial matando-o (LIMA, 2005) Outros dois comunistas foram mortos Miguel Rossi e Affonso Marma.

A polícia pretendia provar que houve resistência à voz de prisão; todavia, de acordo com Aparecida Azedo, os policiais teriam ‘plantado provas’ disso, como por exemplo, uma espingarda que colocaram em sua bolsa e tiros que deram, aleatoriamente, para marcar as paredes da casa. ‘Além do mais eles tinham posto arma nas mãos dos nossos e disseram que eu

³³ “O massacre de Tupã”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1949.

também estava armada. Eles tentavam me ridicularizar me chamando de ‘Cavaleira da Esperança’ (LIMA, 2005: 103).

O caso de Tupã foi para “acabar com o mal pela raiz”, antes mesmo que os camponeses pudessem se organizar de fato, a repressão institucional esteve presente. A intervenção foi feita pela polícia militar local que estava ligada à política do prefeito Souza Leão, porém não é apenas um caso isolado, a política nacional naquele momento era de intervir repressivamente contra qualquer maneira que o camponês pudesse lutar pelos seus direitos.

Os três militantes assassinados tornaram-se heróis na imprensa comunista, o jornal *Voz Operária* disponibilizou diversas páginas para homenagens e denúncia contra a repressão da polícia. Segundo Nestor Vera, a morte de Pedro de Godói mostrou como os governos de Dutra e Adhemar de Barros eram contra os direitos dos trabalhadores em se organizarem, que ambos os governos, federal e estadual, reprimiam a mando do imperialismo.

Em Fernandópolis, a situação não diferiu das outras tentativas de levantes armados ou mesmo da organização de uma associação rural. Por conta do aumento do arrendo, do monopólio do veneno e da questão do vale ao invés de pagamento, os camponeses da região, sob a liderança do comunista Antônio Joaquim, buscaram ajuda na Câmara de Vereadores, algum auxílio para suas demandas, mas sem sucesso.³⁴

O plano dos camponeses da região de Fernandópolis era tomar a cidade afim de distribuir a terra para quem quisesse cultivá-la. Em 23 de junho de 1949, foi organizado o assalto da cidade e de algumas fazendas. Segundo o historiador Vagner José Moreira, o movimento partiu do campo para cidade aproveitando as festividades do dia de São João, pois, segundo consta na memória de alguns participantes, se houvesse algum conflito, os tiros seriam confundidos com os rojões da comemoração junina (MOREIRA, 2009). No meio do caminho tiveram imprevistos com a polícia, assim não conseguiram completar a tomada da cidade, todavia os camponeses conseguiram tomar a Fazenda do Jaú e os distritos de Populina, Sol, Guarani D’Oeste e Brasitânia. No *Voz Operária* se comemorou o feito dos camponeses comunistas,

³⁴ Ocupam a terra de armas na mão. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1949.

a área ocupada por aqueles trabalhadores agrícolas abrange uma vasta região, compreendendo faixas de Populina, Sol, Guarani do Oeste e Brasitânia. Em Populina, os camponeses realizaram um grande comício expulsando o tatuira da localidade. A polícia apesar do terror que vem desencadeando nas imediações, não conseguiu penetrar na zona ocupada pelos trabalhadores.³⁵

O movimento de tomada das terras teve como protagonismo a Associação Feminina de Fernandópolis, mulheres de armas nas mãos que enfrentaram a polícia e os jagunços. Infelizmente, algumas acabaram entrando para o movimento comunista obrigadas pelos maridos, como é o caso de Idalina Maldonado companheira de um espanhol que não participou ativamente no levante (CASQUEL, 2011). Mesmo buscando uma nova sociedade, por diversas vezes os comunistas reproduziam (e reproduzem) a dominação patriarcal e machista da sociedade burguesa, como podemos ver no caso de Idalina e tantas outras mulheres.

A Associação Feminina contava com 15 mulheres, tendo por liderança Idalina. Essas senhoras que seguraram a responsabilidade da família após a repressão atingir o movimento dos camponeses. Algumas foram presas e torturadas, outras tiveram que cuidar da casa, a exemplo Ana Zandrão, companheira de Zé Cearense, migrante nordestina, como aponta seu apelido “Anita Cearense”, lutou pela sobrevivência de seus quatro filhos e pela liberdade do marido, preso junto de seus camaradas rebelados (CASQUEL, 2011).

O chamado “Conflito armado de Porecatu”, ou “Revolta de Porecatu”, foi um levante de posseiros na região norte do Paraná contra latifundiários que, através de papéis grilados, tentaram tomar suas terras, as quais eram devolutas. Ou seja, de propriedade do Estado, sendo aquele que as cultivasse por determinado tempo iria receber sua posse. A revolta ocorreu na região de Ribeirão Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, Água Tupi e Ribeirão do Capim, contando com dezenas de camponeses (PRIORI, 2009).

Os camponeses de Porecatu tiveram a ajuda do PCB de Londrina e Jaguariã, tendo forte apoio do militante Ângelo Gajardoni, conhecido comunista de Londrina, sendo que este vendeu sua farmácia na cidade para comprar um lote ao lado dos resistentes de Porecatu. A luta dos posseiros passou por um período de reivindicações legais pela terra, apelando para o presidente e para interventor do Paraná, todas sem sucesso. Ao partirem

³⁵ Ocupam de armas nas mãos o latifúndio Jaú. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1949.

para um protesto, trancando a passagem na estrada que ligava Londrina e Presidente Prudente, chamou mais a atenção das autoridades, que iniciaram um processo de repressão aos posseiros com o uso de jagunços (PRIORI, 2009).

A partir da repressão, os camponeses optaram pela resistência armada. Líderes do movimento começaram a ter maior contato com o PCB, foi o caso de Hilário Gonçalves Padilha e José Billar. O Comitê Central passou a monitorar de perto os acontecimentos no norte paranaense, dessa forma, destacaram militantes com mais experiência para a região, além de denunciar em seus jornais o conflito (PRIORI, 2011).

A Força Pública do Estado do Paraná reprimiu duramente os posseiros de Porecatu, principalmente depois que os camponeses conseguiram uma série de vitórias e o controle da região. Ao fim depois de vários incursos da repressão, os camponeses tiveram que fugir do local para findar o massacre que iria ocorrer. Diversos erros de comando do PCB acabaram por atropelar os rumos dos acontecimentos, afoitos com a luta armada, retiraram o caráter inicial de defesa da posse da terra passando para apelos da tomada de poder pelos resistentes camponeses (WELCH, 2010). Todavia, essa dissonância gerou conflitos internos favorecendo um desfecho favorável aos latifundiários.

A Guerra de Porecatu foi um evento que ocorreu quase no “quintal” de Nestor Vera, há uma grande proximidade do norte paranaense com a região que atuava. Contudo, não há registro de seu envolvimento, visto que Nestor já estava envolvido com outras disputas pela terra em Santo Anastácio e, posteriormente, em Américo de Campos, tal cenário nos mostra a ideia de vários levantes camponeses empreendidos pelo PCB para posterior unificação na luta de libertação nacional.

Se traçarmos algumas linhas entre os conflitos agrários que comunistas estiveram presentes com os caminhos feitos por Gregório Bezerra, enquanto esteve na ilegalidade, iremos encontrar indícios que corroboram com a ideia que os Comunistas estavam empenhados em um levante camponês, aos moldes chineses: “*o campo cerca as cidades*” (CUNHA, 2007: 71)

Em suas memórias, Gregório Bezerra não explica claramente seu trabalho em algumas regiões do país depois do seu envolvimento político em Pernambuco com a Assembleia Constituinte, e mesmo na ilegalidade (BEZERRA, 2011). No entanto, um dos primeiros locais foi no Triângulo Mineiro, em 1948, onde tentaram implementar seus

planos, aproveitaram os conflitos do Triângulo, de Uberlândia e de Capinópolis, mas sem sucesso (CUNHA, 2007: 83). Posteriormente, Bezerra foi para Goiás, com a finalidade de atuar na Colônia Agrícola Nacional de Ceres, – com o pretexto que estava colhendo assinaturas para o “Apelo de Estocolmo” ou “Apelo de Vársovia” – que segundo Paulo Cunha era “o ponto de apoio e organização de Formoso e Trombas, quando, à época, deu início à intervenção armada dos militantes do conflito” (CUNHA, 2007: 91).

Mais à frente a liderança pernambucana passou por São José do Rio Preto, próximo de Américo de Campos, onde Nestor Vera participava nas lutas da Fazenda Gariroba, além de ser na região dos levantes de Votuporanga e Fernandópolis. Segundo conta, esteve por lá para ministrar cursos do Partido, não obstante, manteve seu caminho apenas em locais de levantes camponeses. De lá encaminhou para Porecatu, Londrina e Nova Fátima para reorganizar os sindicatos dos trabalhadores rurais (BEZERRA, 2011: 458).

Segundo Paulo Cunha, o PCB havia organizado um setor chamado “Trabalho Especial” o qual tinha por tarefa organizar, planejar e disponibilizar armamentos para a luta armada (CUNHA, 2007: 86). Gregório Bezerra era uma importante liderança dentro do Partido Comunista, além de ser militar e ter participado do levante de 1935, tinha grande prestígio entre os camponeses e experiência em armamentos. Sendo assim, ele não estaria nas regiões de conflito apenas para colher assinaturas ou realizar cursos, esteve presente como estrategista e no apoio militar.

Isso corrobora a ideia de que o Partido Comunista manteve duas linhas de atuações uma “legal”: na luta pelos direitos fundamentais e direitos trabalhistas – como as realizadas por Nestor Vera em Santo Anastácio e na região de Presidente Prudente; e outra pela via armada – que tinha como princípio a tomada do poder pela classe trabalhadora, ocorrida em diversas tentativas nas regiões descritas anteriormente.

Devemos ressaltar também o apoio dos camponeses às lutas dos comunistas, sem o campesinato tomando as armas e enfrentando o latifúndio, de nada adiantaria os estratagemas pecebistas. Há uma base material para o apoio de posseiros, arrendatários e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, com o avanço do capital no campo, houve a expropriação de suas terras e a tentativa de subjugar sua força de trabalho ao latifundiário. Esse processo histórico de retirada da população rural de suas terras não é um caminho único, linear e inexorável, como já apontado por Marx e Engels a “história de toda

sociedade, até nossos dias, é a história da luta de classes. [...] opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta” (MARX, ENGELS, 2011). Nesse sentido, os camponeses brasileiros buscaram de diversas formas lutarem contra a expropriação de suas terras e da sua força de trabalho.

Os Comunistas tiveram forte influência na consolidação das lutas dos trabalhadores rurais no Brasil, destacando o estado paulista em nossa explanação, o que gerou nos grupos anticomunistas grande inquietação sendo a Igreja Católica outra proeminente força política que disputava a liderança dos camponeses. Temos também no Nordeste brasileiro a fundação das Ligas camponesas, consolidadas na segunda metade da década de 1950, com um discurso inflamado de Francisco Julião de uma reforma agrária radical, dessa forma, a igreja buscava junto de outros grupos a reforma agrária que não levasse os camponeses a partilharem as ideias do PCB e das Ligas (WELCH, 2010: 296)

Nas eleições presidenciais de 1950, Getúlio Vargas venceu a disputa, o ditador voltou ao governo pela via democrática. Vargas com suas alianças conseguiu 48,70% do eleitorado, vitória com folga para o segundo colocado Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), que obteve 29,70%. No segundo mandato tem uma postura mais voltada para o nacionalismo e uma visão trabalhista de seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo que o único ministério que ficou sob sua tutela do seu partido foi o Ministério do Trabalho (ALMEIDA JÚNIOR, 2003). Político sagaz, Vargas, vendo a forte organização que estava ocorrendo no campo, havendo resistência e um clamor pela reforma agrária e os direitos trabalhistas, começa a ceder às reivindicações dos trabalhadores do campo.

Durante 1952, Vargas falou sobre a necessidade de melhorar a situação dos trabalhadores rurais. Em janeiro, a CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária, criada em julho de 1951 pelo Decreto-Lei número 29.803 – começou a estudar e compor soluções legislativas para os problemas da agricultura brasileira. Vargas também ordenou que a Comissão Nacional da Previdência Social propusesse uma legislação que incluísse os trabalhadores rurais no sistema de benefícios do seguro social. [...]até o ano chave de 1953, Vargas limitou as ações de reforma agrária à manipulação de impostos e tarifas, tirando os lucros das exportações de café com a taxa de câmbio (WELCH, 2010: 216).

O Ministro do Trabalho varguista, João Goulart, ao ser nomeado buscou institucionalizar o discurso do presidente em relação aos direitos trabalhistas para o campo. As considerações de Goulart geraram descontentamento nos fazendeiros, aumentando ainda

mais a crise política que Vargas passava devido às concessões que fazia à classe trabalhadora para manter seu populismo, além, é claro, da crise econômica que o país sofria (WELCH, 2010: 222-225).

Clifford Welch define que os camponeses vendo a formação dos sindicatos mais a precariedade que as pessoas viviam, os levaram a crer que na organização poderiam mudar de vida,

o poder em potencial dos sindicatos, junto com condições de vida e de trabalho decadentes, inspirou alguns camponeses a darem o salto do estágio de resignação quieta e busca migratória infundável por um destino melhor à ação conjunta com seus companheiros de trabalho. O próprio direito de formar um sindicato para levar adiante interesses coletivos, ouvidos no rádio, discutidos por aqueles alfabetizados que podiam ler os jornais e ocasionalmente debatidos por políticos (WELCH, 2010: 223).

Vera participou ativamente na elaboração do jornal *Terra Livre*, órgão jornalístico do PCB direcionado para o campo, e na proliferação de eventos e organizações de mobilização dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais. O jornal foi o principal meio de comunicação para a organização dos camponeses, sendo porta-voz da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) desde sua fundação em 1954. O *Terra Livre* teve seu início em 1949, em meio ao conturbado contexto de repressão às lutas no campo. Leonilde S. de Medeiros descreve o caráter didático do jornal em relação às outras publicações comunistas,

as matérias tinham linhas mais espaçadas, letras maiores do que nos demais jornais, seções diversificadas. A propaganda das teses do partido muitas vezes se fazia através da apropriação dos canais de cultura popular (MEDEIROS, 1995: 210).

O jornal utilizava uma linguagem direcionada para o camponês, assim manteve seu formato quase sem alterações durante o período que foi publicado. Eram publicados ilustrações e poemas que ditavam a linha do Partido, mas que eram produzidos pelas pessoas do campo, outro aspecto muito importante que proporcionava uma ligação entre campesinato e PCB era a seção “*Cartas da Roça*”, onde os camponeses escreviam sobre suas condições de vida e trabalho (MEDEIROS, 1995).

O *Terra Livre* teve uma edição comemorativa em seu 14º aniversário tendo alguns dos principais líderes dos camponeses como Nestor Vera e Lyndolpho Silva escrevendo sobre a importância do jornal como órgão organizativo das lutas no campo. Vera explica como o jornal foi fundamental na divulgação das lutas pelos direitos trabalhistas para a formalização de sindicatos rurais.

Era preciso orientar os camponeses em suas lutas, espalhar as experiências e protestar contra os crimes que os latifundiários e os governos praticavam contra os que lutavam pelos seus direitos no campo. E foi assim que apareceu TERRA LIVRE como órgão de luta, de organização e orientação, tarefa que vem sendo continuada. Com sua ajuda desenvolveu-se os grandes movimentos pela reforma agrária.³⁶

As palavras de Nestor Vera apresentam bem sua formação leninista, a importância do jornal enquanto órgão organizativo das lutas e direcionador ideológico. O líder bolchevique teorizou sobre como deveria ser organizado um partido comunista, tendo dois centros dirigentes: o comitê central e o órgão central. Sendo o primeiro aquele quem dirige e direciona as ações práticas, enquanto o segundo se preocuparia com os apontamentos ideológicos. O jornal *Iskra* cumpriu a função de divulgar e organizar os militantes do POSDR de Lênin (LENIN, s/d). É nesse sentido que Nestor Vera explica a função e necessidade do jornal *Terra Livre* em levar para as diversas partes do país o pensamento pecebista para os camponeses e, nesse mesmo sentido, de organizar as lutas pela terra.

Nesse momento Nestor Vera denunciava o capitalismo, o latifúndio e todas as mazelas que o campesinato passava chamando a todos a se organizarem. Suas palavras continuam com a perspectiva de luta contra o imperialismo e o sistema semifeudal oriundo, segundo seu pensamento, do latifúndio que atravancava o desenvolvimento do país. Para romper com o atraso do campo, segundo Nestor Vera, era necessário por fim ao latifúndio. Para isso os camponeses, junto ao Partido, tinham de implementar a reforma agrária, um passo decisivo da Revolução, pois estaria cortando um sustentáculo do imperialismo no país.³⁷

³⁶ VERA, Nestor. *Terra Livre e a luta dos camponeses*. 1963. Retirado de http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_nvera.htm, acesso 29 de outubro de 2017, às 11h47.

³⁷ VERA, Nestor. A garantia da posse da terra e o programa do PCB. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1954.

Essa maneira de pensar o Brasil era proveniente das teses do Partidão que tinha por princípio a ideia de Revolução por etapas, sendo que o país primeiro teria que passar pela etapa democrático-burguesa – para desenvolver um capitalismo nacional que pudesse elevar as contradições internas; e, posteriormente, os trabalhadores poderem fazer a Revolução Socialista (VINHAS, 1982).

Para avançar sua influência sobre os camponeses, os comunistas buscavam organizar a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, sendo que Nestor Vera teve forte atuação no interior paulista e foi convocado para a realização do Congresso. O contexto da realização da primeira conferência nacional foi à pressão da direita golpista contra Vargas, Welch vai caracterizar a atuação dos comunistas utilizando o jornal *Terra Livre* como um meio de aglutinar os camponeses para a reunião nacional,

o Terra Livre colocou os camponeses no centro da resistência, tão capazes como os operários de entender a situação real, identificar os golpistas e oportunistas e apontar a via revolucionária como único jeito de garantir um governo popular. Assim, no primeiro momento, o partido aproveitou o suicídio de Vargas, sem tomar uma posição pró ou contra Getúlio para avançar a mobilização em torno da CNTA (WELCH, 2010: 246).

O saldo da conferência não teve o sucesso que o Partido esperava, dos 700 delegados planejados apenas 303 compareceram e nem todos os estados estavam sendo representados. Algo positivo foi o apoio e dedicação de trabalhadores e sindicatos urbanos em parceria para a realização do encontro. Porém a mobilização não parou e, quase um ano depois, em 1954, no dia 21 de setembro, na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, realizada no parque do Ibirapuera em São Paulo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil foi fundada, primeira instituição de representação das massas camponesas com amplitude nacional.

As raízes do movimento sindical rural no Brasil, em particular São Paulo, foi possível através das ações promovidas pelos Comunistas. Ao longo do texto procuramos apresentar a trajetória de Nestor Vera que nos possibilitou apontar alguns caminhos do desenvolvimento da organização por direitos trabalhistas, sociais e políticos a partir das lutas empreendidas no meio rural. O processo histórico da participação cidadã e democrática no país é complexo, tendo as classes subalternas derrubarem muito sangue para poderem conquistar seu espaço.

Referências

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Mendes. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro [et all]. *O Brasil Republicano. 3 Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2003.

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. *Campesinato, Luta de classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARONE, Edgard (org.). *O PCB (1943-1964)*. São Paulo: Ática, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASQUEL, Laís Regina. Associação Feminina: as memórias e as histórias comunistas em Fernandópolis (1949). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011

CLODOMIR SANTOS DE. História e Natureza das Ligas Camponesas. In. STÉDILE, João Pedro. *A Questão Agrária no Brasil*. Vol 4. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Flávio de Carvalho; SANTOS, Raimundo. Os camponeses e a política pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 8, abr., 1997. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Aconteceu longe demais*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

_____. Redescobrimo a História: a República de Formoso e Trombas. *Cadernos AEL*, n. 07, Campinas, 1997.

FALEIROS, Maria Isabel. *Percursos e percalços do P.C.B no campo (1922-1964)*. Tese de Doutorado, História. FFLCH-USP, São Paulo, 1989.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LENIN, *Carta a um camarada*. Rio de Janeiro: CEPPEPES, s/d.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa e Omega, 1988.

LIMA, Airton S. *Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã e a militância comunista no interior paulista*. Dissertação de Mestrado em História. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cooperativa Inverta, 2010.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, o processo de produção do capital. São Paulo : Boitempo, 2013.

MOREIRA, Vagner José. *Memórias e Histórias de Trabalhadores em Luta pela Terra: Fernandópolis-Sp, 1946-1964*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

NEGRO, Antonio Luigi, SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política. In: In. FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael (orgs.). *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Editora Alfa e Omega, 1979.

POMAR, Pedro Estevam da R. *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PRADO JR. Caio. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In. PRADO Jr. Caio. *A questão agrária*. 2ª ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1979.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas. *Revista Oitenta*, São Paulo: 1980.

PRIORI, Angelo Aparecido. *O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo*. Maringá: Eduem, 2011.

_____. Paixões políticas e militância partidária (PCB: 1947-1954). *Espaço Plural* (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 16, 2015.

_____. A revolta camponesa de Porecatu. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado

DIEGO BECKER

(1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

SANTOS, Leonardo Soares dos. As ligas camponesas do PCB: a transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). *Trocadero: Revista de Historia Moderna y Contemporanea*, nº 17, Cádiz – Espanha, 2005.

SILVA, Heber Ricardo da. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 39, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação editora Unesp, 1999.

VINHAS, Moisés. *O partidão*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada. As raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. “Os com-terra e os sem-terra de São Paulo”. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Unesp, Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

_____; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em: 16 de setembro de 2018

Aceito em: 13 de dezembro de 2018